

Considerações sôbre a distribuição dos equipamentos urbanos no espaço pernambucano e indicação dos pólos existentes

Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco. Condepe. — Recife, 1969, Volumes I e II. — Trabalho realizado no setor de estudos de organização do espaço pela equipe constituída pelos geógrafos Manuel Correia de Andrade (coordenador das pesquisas e relator) e Glauce Campelo Ramalho, economista Luís Alfredo Rapôso e universitários José Ferreira Irmão e Elza Pereira de Macêdo.

A simples leitura do título dado a esta pesquisa, levada a bom termo por um grupo de especialistas do Estado pernambucano, já nos faz situá-la no rol daqueles estudos que estão na ordem do dia, não só entre economistas e geógrafos, mas também entre os homens de governo que procuram uma melhor racionalização da organização do espaço. O próprio coordenador das pesquisas, Prof. MANUEL CORREIA DE ANDRADE, expressa esta opinião: “acreditamos que os dados constantes dêste estudo são de grande valor para uma política de regionalização da administração pública e de racionalização e hierarquização dos recursos de que o Estado dispõe, assim como de uma política a longo prazo de racionalização da organização do espaço”.

Antes de se deter no exame setorial dos equipamentos urbanos tece o relator, no primeiro capítulo desta obra, algumas considerações a respeito da metodologia do estudo da polarização. Inicialmente, citando FRANÇOIS PERROUX esclarece que “o crescimento e o desenvolvimento, tanto nos velhos países, como nos países ditos subdesenvolvidos não são

uniformemente repartidos; êles se manifestam em pontos determinados, de onde se propagam os efeitos de aceleração ou os efeitos de freagem. Êstes pontos costumam ser denominados de pólos de desenvolvimento ou de crescimento econômico ou de centros de polarização.” Aproveitando o ensejo, comenta o papel que êstes centros de polarização podem desempenhar. Nem sempre promovem o desenvolvimento da região para êles centralizada. Se algumas vêzes criam fluxos da região para o pólo e refluxos do pólo para a região (pólos de desenvolvimento), outras vêzes êles apenas drenam, sem irrigar, os fluxos da região para o pólo e não compensam a região com os refluxos (pólos de crescimento). Êstes últimos são chamados por YVES LACOSTE de pólos de subdesenvolvimento, porque crescem sem beneficiar a região. Em ambos os casos há uma influência polarizadora — a polarização existe sempre, desde que se passe de uma economia fechada, puramente de subsistência, para uma economia aberta, de mercado.

O relator continua a sua análise afirmando que a gênese de qualquer pólo indicará que o seu surgimento é sempre motivado por alguns fatores, entre os quais se salientam: a disponibilidade de recursos, a acessibilidade e o favorecimento do momento histórico.

Compara, a seguir, a origem da rêde urbana no Brasil e na Europa, enfatizando esta distinção, pois a acha indispensável à compreensão da organização do espaço brasileiro e à elaboração de uma metodologia que venha a ser racional e eficientemente aplicada ao estudo do diagnóstico do mesmo. “A aplicação de uma metodologia não alienada à realidade brasileira, embora utilizando, até certo ponto, as experiências de W. CHRISTALLER, J. BOUDEVILLE, M. ROCHEFORT, MARIE ANDRÉ PROST, além da experiência adquirida por geógrafos, economistas e arquitetos brasileiros engajados nos estudos de regionalização e de organização do espaço, levará ao estabelecimento preciso e científico desta realidade, como indicará as respostas mais racionais à política pernambucana de organização do espaço”.

Aproveitamos, aqui, a oportunidade para realçar essa necessidade de ter sempre presente a realidade nacional, tôda vez que se procurar aplicar um método surgido em outros países, principalmente se os mesmos estiverem em um mais adiantado estágio de desenvolvimento. Esta adaptação, tão necessária, foi realizada por um grupo de geógrafos do Departamento de Geografia do IBG, à frente dos quais destacamos o geógrafo ROBERTO LOBATO, por ocasião da primeira fase dos estudos de polarização no Brasil. Baseando-se na teoria de W. CHRISTALLER e utilizando a metodologia empregada por J. HAUTREAU e M. ROCHEFORT* elaboraram muitas adaptações, tendo em vista as diferenciações entre o quadro urbano brasileiro e o francês (vide em *Subsídios à Regionalização — “Centralidade”*).

Ao elaborar uma metodologia para o estudo da centralidade ou polarização no espaço brasileiro, o Prof. MANUEL CORREIA esclarece que em-

* La Fonction Régionale dans l'Armature Urbaine Française.

bora tentando aplicar a teoria de polarização do Prof. PERROUX e procurando uma adaptação ao espaço brasileiro, considerou como pólos não somente aquelas cidades possuidoras de uma indústria geradora, mas todas as cidades que têm poder de centralidade, isto é, todos os centros regionais e sub-regionais (o relator expressa sua opinião de não se fazer restrição ao uso do termo pólos; não encontra êle razões para se procurar distinções entre centralidade e polarização). Tratando da metodologia a ser aplicada para a identificação dos pólos, expressa sua opinião que deveria ser feito um escalonamento em cinco níveis: o nacional, o macrorregional, o regional, o sub-regional e o local.

A metodologia da pesquisa seguiu a seguinte orientação:

- a) levantamento dos equipamentos urbanos existentes — secundários e terciários.
- b) levantamento dos fluxos para os centros urbanos relativamente bem equipados.

Após êste levantamento e posterior análise da posição geográfica de cada centro torna-se fácil, segundo o relator, selecionar aquêles centros que têm possibilidade de exercer função polarizadora em uma região, mais ou menos extensa. Após a verificação da fase de desenvolvimento ou estagnação, na qual o centro se encontra, e suas possíveis causas, segue-se o planejamento de uma política que não só promova o desenvolvimento, como também corrija as distorções.

O relator exprime a opinião do grupo de trabalho que ao estudar as cidades-pólos e suas relações com as áreas que polarizam, devem ser as mesmas divididas em quatro áreas concêntricas: a) o núcleo polarizador; b) as zonas de atração quase perfeitas que circundam o núcleo, tendo a maioria absoluta de suas transações feitas com o mesmo; c) as zonas de atração importantes que já possuem uma ponderável relação com os outros núcleos e que realizam com o seu pólo uma grande percentagem de suas transações; d) as zonas de atração média, disputada entre os pólos, mas que realizam com o pólo dominante apenas uma percentagem razoável de suas transações, porém uma grande porção das mesmas com os outros pólos.

Como o poder de centralidade é essencialmente dinâmico, o relator das pesquisas aconselha que periódicamente tais estudos devam ser repetidos; como os pólos não estão isolados no espaço, mas, ao contrário, mantêm relações entre si, reconhece ser indispensável que se meça a importância dos fluxos, classificando-os em sete categorias: a) fluxo entre pólos; b) fluxo no interior de um pólo; c) fluxo entre um pólo e sua região; d) fluxo entre a região polarizada e seu pólo; e) fluxo entre as regiões dependentes de pólos diferentes; f) fluxo no interior de uma região polarizada; g) fluxo de um pólo para a região de outro pólo.

No segundo capítulo, a equipe de trabalho analisa os núcleos urbanos e suas características, concluindo que das 164 cidades de Pernambuco, 124 são verdadeiros aglomerados rurais com um embrião de vida administrativa e comercial. Abrimos um parêntese para lembrar que idêntica constatação foi feita para o território brasileiro, em sua quase totalidade, por ocasião de uma pesquisa realizada pelo DEGEO (IBG) em 1966, a respeito das atividades terciárias não polarizadoras.

Sòmente Recife, continua o coordenador das pesquisas, congrega 19,2% da população do Estado, macrocefalia que se acentua caso se some os 115 398 habitantes de Olinda, que na realidade funciona como cidade dormitório. A Recife ainda se pode acrescentar a população dos municípios de Paulista, Olinda, São Lourenço da Mata, Cabo, Jaboatão, Moreno, direta ou indiretamente dependentes da capital (esta área metropolitana ou Grande Recife compreende 58,1% da população estadual).

As cidades pernambucanas, de acôrdo com a sua população, foram classificadas em seis grupos, constatando-se que os núcleos urbanos de maior expressão se localizam, em maior número, na porção oriental do Estado — nas regiões homogêneas situadas na Mata e no Agreste. Salvo exceções, as cidades mais populosas são melhor equipadas que as menos populosas, assim como a concentração de núcleos urbanos, nas várias regiões homogêneas, está ligada a maior ou menor população rural destas regiões e às condições econômicas dominantes nas mesmas.

A importância dos equipamentos industriais é o tema do terceiro capítulo, que esclarece pontos interessantes a respeito da vida industrial do Estado. Dêle fazem parte diversas tabelas, possibilitando as mesmas conclusões de grande interesse. A primeira compara, para cada município, o valor da produção agrícola com o da produção industrial. Através dela percebe-se que dos oito municípios de maior produção industrial, quatro participam do Grande Recife e dois outros ainda se acham muito ligados à capital do Estado. No grupo dos dezessete municípios de produção industrial expressiva (superior a 5 e inferior a 10 milhões de cruzeiros novos) destacam-se alguns com população urbana inferior a 5 000 habitantes, que devem o valor de sua produção industrial ao fato de possuírem usinas de açúcar, sempre localizadas a alguma distância da sede do município. É o caso de Água Preta, Aliança, Ipojuca, Joaquim Nobuco, Rio Formoso e Serinhaém. Neste mesmo grupo de dezessete municípios, apenas Limoeiro tem uma produção agrícola com valor superior à produção industrial. Fato ainda digno de nota: há uma série de municípios com produção industrial inferior a 5 milhões de cruzeiros novos mas que, mesmo assim, têm produção agrícola com valor inferior à produção industrial.

Por meio de uma nova tabela (Principais tipos de indústrias) pode-se observar que o parque industrial, em alguns municípios, é relativamente especializado dedicado a uns poucos produtos, ou apresenta o domínio absoluto de um só produto; em outros municípios é diversificado ou apresenta tendências à diversificação.

Dos vários tipos de indústrias, o único existente em todos os municípios é o de produtos alimentícios, de vez que aí se enquadram os estabelecimentos que beneficiam uma série de produtos agrícolas locais; a seguir, os minerais não metálicos, mobiliário, têxtil, bebidas e vestuário. Certos tipos de indústrias como a mecânica, de material plástico, de material elétrico, de borracha, de perfumaria, de fumo, ocorrem em pequeno número de municípios, o que sem dúvida confirma a ainda incipiente vida industrial do Estado pernambucano.

Após dividir as cidades pernambucanas em quatro grupos, de acordo com a quantidade de tipos de indústrias existentes, o grupo de trabalho concluiu que a diversificação da atividade industrial não está correlacionada apenas à população, desde que há cidades populosas que possuem expressiva produção industrial, detendo uma pequena variedade de indústrias e também numerosas cidades de mais de 5.000 habitantes, que não possuem parque industrial expressivo.

Demonstrando como o artesanato ainda desempenha papel precípuo na vida econômica dos municípios nordestinos, uma tabela é apresentada, comparando o valor da produção artesanal e industrial por municípios, utilizando-se dos dados de 1965. Dos 164 municípios pernambucanos, a produção industrial tem valor superior à produção artesanal em 63 municípios. Nos demais é a produção artesanal que supera a industrial, o que dá idéia da importância da pequena empresa comercial fornecedora de empregos e como agente favorável à distribuição de renda em alguns municípios do Estado.

Observamos ainda que a produção industrial é bem mais elevada que a artesanal, mas que são poucos os municípios que têm uma produção industrial superior a NCr\$ 1 000 000,00, fato observado em 45 municípios. Dos municípios pernambucanos apenas seis apresentam produção industrial, excluída a artesanal, cujo valor ultrapassa NCr\$ 10 000 000,00 (Cabo, Catende, Goiana, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata). Outra informação interessante: dos 18 municípios com produção industrial superior a NCr- 5 000 000,00 e inferior a . . . NCr\$ 10 000 000,00, nove são meros produtores de açúcar e o valor de sua produção industrial é elevado devido à presença de usinas em seus municípios.

O relator do trabalho opina que não se pode analisar a importância dos equipamentos industriais das cidades pernambucanas, levando-se em conta apenas o valor da produção e a diversificação das atividades industriais — em um estudo da indústria — de uma região subdesenvolvida e superpovoada devem ser analisados o porte dos estabelecimentos e o número de empregos gerados pela atividade industrial. Assim, através de uma tabela observamos que o número de empresas artesanais, com menos de cinco empregados, é bem superior ao de empresas industriais com cinco ou mais empregados (18 133 contra 1 936) ao contrário do que ocorre com o número de empregados onde a superioridade da empresa artesanal sobre as empresas industriais é bem menor (81 223 contra 71 804).

Em apenas três municípios, o número de estabelecimentos industriais é superior a 100 e, em quinze, o número de trabalhadores industriais é superior a 1 000. Quanto ao artesanato, que emprega maior número de pessoas que a indústria, são numerosas as cidades que têm mais de 400 estabelecimentos e onde trabalham mais de 1 000 empregados. Vê-se que grande parte das cidades de importante artesanato são pequenos centros urbanos de menos de 5 000 habitantes — isto porque grande parte dos estabelecimentos artesanais são representados por “casas de farinha” a tração humana, ou movidas a pequeno motor ou eletricidade, e por pequenos engenhos rapadureiros, ambos numerosos no meio rural. Estas pequenas atividades industriais, no entanto, não estão apenas localizadas no meio rural, de vez que se enquadram entre os estabelecimentos artesanais, as padarias, as pequenas oficinas de conserto de sapatos, de artigos domésticos, de automóveis, abundantes nas grandes cidades cortadas por rodovias movimentadas (caso de Caruaru, Garanhuns e Petrolina).

O coordenador das pesquisas ventila, ainda, no capítulo destinado às indústrias a ação do poder público e a distribuição espacial das mesmas no Estado pernambucano: chama a atenção para a dinamização observada no desenvolvimento industrial do Nordeste, conseqüente da ação do Poder Público, não só graças à política da Sudene, através dos incentivos oriundos dos artigos 34/18, das Leis 3 995/61 e 4 239/63 como também da ação do govêrno do Estado, concedendo isenções fiscais a emprêsas que não tenham similares no Estado e que sejam implantadas “em localidades que, pelas suas condições naturais, desfavorecem a consolidação do empreendimento ou lhe reduzem o poder de competição” (art. 5.º da Lei n.º 5 951, de 29/12/1966).

Até 31 de dezembro de 1966, a SUDENE havia aprovado cêrca de 74 projetos industriais a serem implantados no Estado de Pernambuco, somando um investimento total de NCr\$ 189 357 547,00, o que corresponde a 34,5% dos estabelecimentos a serem implantados no Nordeste e a 30,2% do valor total dos investimentos aprovados para a região. Pernambuco tem, em conseqüência, uma situação invejável de vez que se coloca em primeiro lugar pelo número de projetos aprovados e em segundo lugar no valor dos investimentos projetados. Através de uma análise (Distribuição geográfica das emprêsas beneficiadas pelos favores dos art. 34/18-1967) mostra o relator o pequeno número de municípios — apenas dezesseis — beneficiados com os favores dos artigos 34/18 e a grande concentração dos mesmos no Grande Recife — cêrca de 96%. *A concessão dos favores legais não levou em conta, assim, uma política espacial.*

Aliás essa queixa tivemos oportunidade de ouvir repetidas vêzes por parte de industriais em vários Estados nordestinos (principalmente em Natal e Aracaju), por ocasião de uma excursão realizada ao Nordeste em janeiro e fevereiro de 1969 com geógrafos do IBG e técnicos da SUDENE.

Novamente o relator chama a atenção para o fato de os favores legais estarem contribuindo para hipertrofiar o Grande Recife, quando analisa as indústrias que receberam incentivos do CONDEPE de 1961/66. Quarenta e cinco das setenta e quatro empresas beneficiadas localizavam-se no Recife e dezoito nos municípios componentes do Grande Recife. Observa-se também aqui a ausência de uma verdadeira política espacial, de vez que se concentraram em apenas vinte e sete municípios, com a maior parte das empresas localizadas no Grande Recife, a seguir Caruaru, Garanhuns e Petrolina.

O Prof. MANUEL CORREIA exprime sua opinião: até agora a política governamental não levou em conta a necessidade de racionalização da distribuição espacial das indústrias. O fato vem pôr em relêvo a necessidade de se realizar pesquisas que indiquem a razão de ser deste desequilíbrio na distribuição espacial das indústrias e de se organizar uma legislação que provoque, através de vantagens e incentivos, uma distribuição que quebre os desequilíbrios regionais existentes.

Caso isso não seja feito, iremos observar em Pernambuco, cada dia mais, um crescimento do Grande Recife que certamente absorverá mais alguns municípios — Goiana e Igarapé, e um crescimento vagaroso mas expressivo do grupo de cidades do vale do Ipojuca, lideradas por Caruaru e do núcleo formado no extenso oeste pelas cidades gêmeas de Petrolina-Juazeiro.

O quarto capítulo foi dedicado pelo grupo de trabalho à Importância do Comércio. A atividade comercial é das mais importantes atividades assinaladas nos vários centros urbanos do Estado. Uma das manifestações desta atividade é a feira — ponto de encontro entre os meios rural e urbano. Há cidades que lembram, ou melhor que funcionam como uma aglomeração rural durante toda a semana (5 ou 6 dias) e, apenas no dia da feira, tornam-se um centro comercial por excelência. Feiras há que são especializadas e contribuem grandemente para dar prestígio e importância às cidades em que se realizam, quer pela fluência de pessoas, quer pelas rendas que atraem para os cofres públicos (é o caso de Caruaru, Arcoverde, Limoeiro); outras desenvolveram-se bastante por serem pontos de passagem de produtos do interior (farinha de mandioca, cereais, legumes e frutas) destinados ao mercado de Recife (é o caso de Vitória de Santo Antão, Carpina, Camocim de São Félix).

Através de uma tabela, onde aparece o número de estabelecimentos e pessoal ocupado no comércio varejista e no atacadista, segundo os municípios (dados de 1960), constata-se que dos 164 apenas 80 possuem estabelecimentos atacadistas, sendo que a maior concentração dos mesmos se localiza no Grande Recife 41,4% dos estabelecimentos e 72,1% do pessoal ocupado. Mesmo com as facilidades de transporte para os grandes centros, o comércio atacadista ora dedicado à compra dos produtos agrícolas locais, ora dedicado à venda de produtos vindos dos centros mais adiantados, contribui para reforçar a função polarizadora

de várias cidades pernambucanas. Também o elevado número de empregados no comércio varejista indica, salvo poucas exceções, a existência de centros urbanos de porte relativamente elevado. Poucas são as cidades com mais de 1 000 empregados no comércio varejista e tôdas elas têm população superior a 20 000 habitantes. Quanto à existência do comércio atacadista em 44 cidades de menos de 5 000 habitantes é explicada pelo fato de estarem localizadas em regiões de diversificação da produção agrícola — nelas o comércio atacadista é representado por estabelecimentos que adquirem a produção agrícola local.

Mais uma vez se constata, ao analisar a distribuição dos estabelecimentos comerciais, a macrocefalia do Grande Recife, apresentando-se Caruaru como o segundo centro.

Nos capítulos cinco e seis o relator do trabalho analisa respectivamente os serviços culturais e os equipamentos de Cultura e Lazer. Dêles destacamos algumas considerações. Das cidades pernambucanas apenas sessenta possuem estabelecimentos de ensino secundário do segundo ciclo e destas apenas três possuem menos de 5 000 habitantes, o que indica ser o curso colegial um equipamento geralmente encontrado nas cidades de algum porte e que desempenham ao menos uma função sub-regional. Quanto aos cursos do segundo ciclo o mais encontrado é o normal, isto porque as môças migram menos para as grandes cidades que os rapazes e também porque a educação feminina nas cidades do interior ainda destina às môças, de preferência, a vida doméstica e o magistério. Dos cursos profissionais de 2.º ciclo, só o técnico de comércio aparece com freqüência, mas das cidades onde é ministrado, somente em quatro têm população urbana inferior a 5 000 habitantes. Quanto ao ensino industrial do 2.º ciclo só é oferecido no Recife e o agrícola, em três cidades do Estado — segundo o relator, preconceito nas classes média e pobre contra o ensino verdadeiramente profissional, de vez que se considera o ensino acadêmico como um conduto de ascensão profissional.

O relator do trabalho expressa sua opinião de que seria interessante que o Estado promovesse a criação nas cidades do interior de cursos técnicos agrícolas e industriais, conforme a economia de cada município, ao invés de cursos colegiais-clássico ou científico. Esta atitude, continua êle, poderia contribuir para melhorar a mão-de-obra das várias regiões do Estado e não prejudicaria os estudantes, de vez que os cursos técnicos dão acesso à Universidade. O Prof. MANUEL CORREIA ainda chama a atenção para o fato de que a importância da cidade como centro de ensino não depende apenas de condições qualitativas, mas também de condições quantitativas, do número de estabelecimentos e de estudantes que vivem ou estudam na mesma.

O capítulo 7 tem como tema os serviços de saúde e nêle tomamos ciência da pequena disponibilidade de leitos, o que indica as deficientes condições de assistência médica à população do interior. Assim, apenas o Recife, que como capital do Estado e metrópole regional recebe grande

número de doentes do interior de Pernambuco e dos Estados vizinhos, possui um elevado número de leitos. As cidades do interior, as melhores equipadas dispõem, em geral, de mais de dez e menos de quinze serviços de saúde, como Arcoverde, Caruaru, Goiana, Igarapé, Olinda e Paulista. Neste capítulo tomamos conhecimento que a Secretaria de Saúde e Assistência Social divide o Estado em nove regiões de saúde, localizando-se a primeira na capital, distribuindo-se as demais pelo interior. Cada uma das regiões tem como sede uma cidade, mas nem sempre estas cidades sedes são bem equipadas quanto ao número de serviços e de leitos (o caso de Palmares, Limoeiro, Salgueiro).

Quanto à distribuição dos profissionais liberais ligados aos serviços de saúde, observamos que há uma grande concentração no Grande Recife: 72,5% dos médicos radicados em Pernambuco e 58,4% dos dentistas. Situação análoga verifica-se com os farmacêuticos. Segundo o relator, a existência de várias cidades do interior, sem médicos, que vem sendo promovida pelo Governo do Estado, é um problema que merece ser examinado em futuro próximo, a fim de que se possa distribuir os médicos contratados, de sorte que a população seja atendida de forma mais racional.

A assistência creditícia é o assunto do capítulo 8, capítulo este dividido em duas partes: a) Bancos e b) Cooperativas. A análise da rede bancária que compreende 165 estabelecimentos, dos quais 122 são particulares e 43 oficiais (redes do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco) indica que os bancos particulares se localizam sempre em cidades de certa importância, estando 72% deles localizados no Recife. Nenhuma cidade de população inferior a 10 000 habitantes possui mais de uma agência de banco particular, os bancos particulares — mais interessados em transações com o comércio e a indústria — preferem as grandes cidades. Situação inversa é observada na distribuição dos bancos oficiais e o relator do trabalho adianta-nos que: a maior difusão das agências de bancos oficiais, por cidades de pequeno porte, pode ser explicada pela maior importância dada pelos mesmos aos empréstimos agrícolas e pelo interesse do poder público em dar assistência à produção, de desenvolver a economia regional.

Quanto às cooperativas (das 132 existentes, 85 são agrícolas, 35 de crédito, 5 de produção, 5 artesanais e 2 de eletrificação rural) facilmente se percebe que predominam aquelas que prestam assistência à população rural, donde se conclui que, se elas funcionassem com regularidade e com eficiência, a população agrícola do Estado estaria razoavelmente assistida. Elas se localizam sempre, como seria de se esperar, nas cidades do interior, havendo alguns municípios com mais de uma. Mas existem municípios que, embora possuindo expressiva população em sua sede e com importante produção agrícola não acusam a presença de cooperativas desse tipo. Outra constatação interessante: municípios de grande produção agrícola, mas monocultores de cana-de-açúcar, não possuem cooperativas agrícolas.

Após dar alguns detalhes a respeito das cooperativas dos demais tipos, o coordenador das pesquisas dá por encerrado êsse capítulo afirmando: interessante que se faça, em pesquisas posteriores, trabalhos sôbre a área de influência das agências bancárias, comparando-se a população domiciliada na área de influência de cada agência com o valor da produção agrícola e industrial da mesma área. Quanto às cooperativas agrícolas, que se estude a relação entre o número de associados e a população dos municípios em que se situam, assim como se compare o valor das operações efetivadas pelas mesmas com o valor da produção agrícola do município em que se situam.

O capítulo 9 faz uma análise de vários serviços que, embora não se correlacionando entre si, contribuem para aumentar o poder polarizador dos centros urbanos — escritórios da ANCARPE, armazéns e silos da CAGEP, distribuição do consumo de energia elétrica, distribuição dos serviços de abastecimento de água e distribuição de profissionais de nível superior.

O Professor MANUEL CORREIA chama a atenção para o importante papel que a ANCARPE vem desempenhando em Pernambuco, ao levar o crédito agrícola supervisionado aos pequenos agricultores. Daí se localizar a maioria dos seus escritórios em cidades, cujos municípios apresentam uma grande divisão da propriedade e uma diferenciada produção agrícola. Quanto à distribuição dos silos e armazéns pelas várias regiões homogêneas do Estado, observa-se que êles se localizam nas regiões homogêneas mais policultoras. O relator demonstra surpresa ao verificar a inexistência de armazéns e silos em algumas das cidades da região do São Francisco, assim como em certas áreas produtoras de cereais, como Águas Belas ou algum outro município próximo.

Através de uma tabela tomamos conhecimento do número de consumidores e do consumo anual de energia elétrica dos diferentes municípios e chegamos à conclusão de que o consumo de energia não depende do número de ligações, de vez que as cidades que dispõem de maiores estabelecimentos industriais consomem muito mais energia que as que usam a energia apenas, ou principalmente, para o consumo doméstico. Correlacionando o consumo de eletricidade com a importância do centro urbano, observa o grupo de trabalho que tôdas as cidades que consumiram mais de 3 milhões de kWh, possuem mais de 5.000 habitantes.

Êste capítulo, como já foi citado, analisa a distribuição de alguns profissionais de nível superior — os agrônomos e veterinários. Apesar da importância que tem a agricultura e a pecuária na vida econômica do Estado, o *deficit* daqueles profissionais é bastante acentuado; a situação torna-se mais precária, uma vez que existe ainda má distribuição dos mesmos. Basta o caso de Recife — congrega 58,3% dos agrônomos e 67% dos veterinários. Êste fato resulta da concentração na capital de uma série de repartições, inclusive secretarias de Estado e Universidade Rural, onde se encontram numerosos profissionais dentre os

quais grande parte dos que apresentam maior qualificação. Idêntica constatação para os engenheiros e advogados pode ser feita no tocante à concentração no Recife.

O capítulo 10 é dedicado ao Sistema Viário. O relator emprega a terminologia sugerida por BERNARDO KAYSER ao dizer que a ocupação do espaço pernambucano se deu a partir da formação de uma região de especulação, nos séculos XVI e XVII, à qual se seguiu a formação de uma bacia urbana que tinha como “foz” o Recife. Como principal cidade do Estado, quer como centro administrativo, quer como centro econômico e portuário, é natural que todo o sistema viário do Estado demande a Recife.

O relator examina todos os meios de transporte do Estado e expressa, no final, sua opinião, que em um estudo posterior, por ocasião do levantamento dos fluxos existentes “devemos estudar detidamente ferrovias e sobretudo as rodovias que ligam os vários pólos regionais e sub-regionais, uns aos outros, e às regiões para êle polarizadas, de vez que a rede viária é o conduto por onde passam os fluxos da região para o pólo e os refluxos do pólo para a região.

Após o exame setorial da distribuição dos equipamentos urbanos pelas 164 cidades do Estado, o grupo de trabalho elaborou, no Capítulo 11, uma classificação das mesmas, levando em conta a maior ou menor disponibilidade de equipamentos. Chegaram, assim, a uma classificação das cidades principais do Estado em: pólo regional, pólo sub-regional razoavelmente equipado, pólo sub-regional subequipado. As cinco cidades classificadas no primeiro grupo (Recife, Caruaru, Petrolina, Garanhuns e Arcoverde) constituem os verdadeiros centros regionais do Estado, havendo, no entanto, uma grande diferença entre o Recife e os demais centros. Tal situação não causa surpresa pois a Recife, além da função de capital do Estado, é acrescentada a de principal pólo do Nordeste e a de metrópole regional. Ela possui uma área de influência direta, na qual exerce a sua influência, tanto em relação aos serviços e atividades muito especializadas como as pouco especializadas, ao lado de outra em que sua influência direta atinge apenas as atividades que requerem alta especialização. Recife é pólo macrorregional.

A fim de classificar a importância dos pólos o grupo de trabalho usou uma classificação vertical, atribuindo um ponto para cada um dos 37 itens (equipamentos selecionados) que a cidade apresentasse em dobro do estabelecido neste item para a obtenção da classificação horizontal. Cada vez que ela multiplicou êste número obteve um ponto. A apuração dos pontos verticais colocou o Recife em uma posição de grande superioridade, seis vezes maior que Caruaru, colocada em segundo lugar. A seguir, Garanhuns, Petrolina e Arcoverde ocupam os lugares que se seguem.

O relator expressa sua opinião no grande interesse que teria o estudo de cada um destes centros urbanos, analisando-se a área de influência de seus equipamentos, com a finalidade de delimitar as regiões

para êles polarizadas. Aconselhamos aqui, novamente, a leitura do já citado trabalho a respeito de centralidade realizado por um grupo de geógrafos do IBG e publicado nos *Subsídios à Regionalização*.

Através da análise dos quatro pólos regionais, Caruaru sobressai sobre as demais, graças ao seu melhor equipamento.*

O prof. MANUEL CORREIA acha que caso se estendesse a pesquisa a Juazeiro e fôsem somados os equipamentos desta cidade baiana aos de Petrolina, o aglomerado formado por êsses dois centro urbanos atingiria a hierarquia de Caruaru.

No segundo grupo foram colocados onze cidades que, ora participam do Grande Recife — Jaboatão, Olinda, Cabo, Paulista e São Lourenço da Mata — ora, estando situadas muito próximas ao Recife, desenvolvem sua indústria em função desta proximidade, tendo a participar em futuro próximo do Grande Recife-Goiana. As outras constituem-se em pólos sub-regionais com equipamentos que servem a um grupo de municípios e que, possuindo uma população urbana relativamente alta, têm condições de manter internamente o seu próprio desenvolvimento. Sua função regional diminui cada dia, devido à facilidade de relações com os pólos regionais ou macrorregionais, consequência da construção de boas rodovias (Vitória de Santo Antão, Limoeiro, Palmares, Timbaúba, Pesqueira).

O terceiro grupo é formado por cidades modestamente equipadas. Neste grupo a contagem dos pontos verticais foi quase tão baixa quanto a dos pontos horizontais. Entre elas, Belo Jardim, Serra Talhada, Surubim, Barreiros, Araripina, Escada, Gravatá, Moreno, Iguaçú e São José do Egito. Interessante observar que os pólos sub-regionais do Sertão, área subpovoada, são muito distantes uns dos outros e bem menos equipados que os do Agreste e da Mata.

O coordenador das pesquisas prof. MANUEL CORREIA, antes de dar por concluída a tarefa a que se propôs, emite algumas sugestões endereçadas ao Poder Público.

“Quanto ao desenvolvimento de uma política espacial, aconselhávamos ao Poder Público determinar a continuação dos estudos de regionalização com o levantamento dos fluxos existentes para os cinco centros melhor equipados, a fim de que possamos delimitar a área de influência de cada um dêles nos vários setores. Êstes estudos iriam indicar não só a amplitude das regiões para os mesmos polarizadas, como o grau de utilização dos equipamentos existentes (saberiam quais os equipamentos que são incapazes de atender a demanda regional e quais os que têm capacidade ociosa)”.

Se o Estado deseja promover uma distribuição mais racional das atividades industriais e da comercialização da produção agrícola, crê o relator do trabalho que “êste ensaio é bastante válido, podendo ser utilizado com proveito, de vez que, para o primeiro caso, êle aponta quais

* Em 1962 tivemos oportunidade de realizar uma pesquisa neste sentido na cidade de Caruaru, da qual resultou um pequeno trabalho publicado na RBG, ano XXVII n.º 4.

as atividades industriais já existentes nos centros urbanos, qual a quantidade e até certo ponto a qualificação da mão-de-obra industrial dos vários municípios, e se o associarmos ao trabalho anterior do Setor de Regionalização — Considerações sôbre a Divisão do Estado Pernambucano em Regiões Homogêneas — quais as matérias-primas disponíveis. Também estaremos aptos a escalonar os incentivos fiscais que devem ser oferecidos às novas indústrias que se desejam instalar no Estado a fim de que não se concentrem no Grande Recife ou nos municípios localizados nas proximidades desta grande aglomeração e que tendem a dela participar. Quanto à comercialização, se justapusermos os pólos existentes às regiões homogêneas, veremos se os equipamentos que devem atender às necessidades da produção agrícola, estão localizados nos pontos ideais ou se deveriam localizar-se em outros pontos. E, se as posições estiverem corretas, se tem ou não capacidade para atender à sua região.”

Ao terminar nosso comentário apraz-nos registrar as ressonâncias que tiveram as pesquisas dos geógrafos do Departamento de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia, a respeito da nova divisão regional do Brasil em regiões homogêneas e espaços polarizados. Mais informativa que prôpriamente conclusiva, esta pesquisa que analisamos complementa aquela outra já publicada anteriormente pelo CONDEPE (baseado nas regiões homogêneas do IBG) cuja finalidade era conhecer e diagnosticar a realidade existente no espaço pernambucano. Esperamos a continuidade nas pesquisas e, como se expressou o próprio relator, seja ela “ponto de partida para uma série de estudos objetivos e de meditação sôbre as possibilidades de melhor utilização dos recursos do Estado em benefício de sua população.”

MARIA FRANCISCA THEREZA CARDOSO